

iRadarPPP

JUNHO/2024

Powered By

Azevedo Sette
ADVOGADOS

Desenvolvido por

 RADAR PPP

Com objetivo de analisar as tendências do mercado de PPP e concessões, desenvolvemos um índice que retrata o **desempenho médio do mercado**, gerando percepções diárias sobre a evolução ou involução das expectativas sobre os projetos de concessão e PPP.

A lógica geral do iRadarPPP envolve a ponderação diária do estoque de investimentos estimados para a totalidade de iniciativas de PPP e concessões.



Obtemos os valores estimados de investimentos por meio de informação pública disponível.



À medida que novos contratos são firmados o estoque é elevado, enquanto que a execução dos contratos ao longo do tempo reduz o estoque, dado que os investimentos já incorreram.



À medida que as iniciativas em desenvolvimento se aproximam da assinatura contratual o montante dos investimentos estimados é ponderado para também se somar ao estoque total, alterando as expectativas para o mercado.



A depender de como as iniciativas de PPP e concessão se desenvolvem, o estoque de investimentos é impactado, acarretando variação positiva ou negativa do índice.

No mês com maior número de licitações do ano, iRadarPPP fecha o semestre acumulando terceira alta consecutiva

Licitações em diferentes segmentos seguem acontecendo no último ano das gestões municipais

Radar PPP
03/07/2024

O iRadarPPP do mês de junho fechou em forte alta em relação ao mês anterior, com uma variação positiva de 5,07%, alcançando 164,569556 pontos (estimativa de investimento em R\$ 1,727 trilhão). Neste mês, foram identificadas 35 novas iniciativas em PPP e concessões, com maior quantitativo para os segmentos Sistema Funerário e Unidades Administrativas e Serviços Públicos (5 em cada), Mobilidade (4), Água e Esgoto (3). Destaque para um novo projeto no segmento Sistema Prisional, o menos numeroso dentre os segmentos monitorados pelo Radar de Projetos.

Além das novas licitações, foram lançadas 10 consultas públicas, possibilitando que sociedade e mercado conheçam projetos modelados pelos governos – saneamento segue em alta, dado que dos 10 projetos, 3 são de Resíduos Sólidos e 3 relacionados a Água e Esgoto.

Foram 40 os editais publicados no mês, o que é o maior quantitativo mensal observado no ano, superando, também, a média de 2023 (36,6). Dentre as licitações, os destaques ficam com os Projetos das Novas Escolas do Governo do Estado de São Paulo, lotes Oeste e Leste, cujas estimativas de investimentos são de R\$ 1,055 e R\$ 1,050 bilhão, respectivamente.

| Período | Licitações publicadas |
|-------------------|-----------------------|
| Média Mensal 2023 | 36,6 |
| JAN/24 | 20 |
| FEV/24 | 16 |
| MAR/24 | 34 |
| ABR/24 | 39 |
| MAI/24 | 37 |
| JUN/24 | 40 |

Chamaram também a atenção dos nossos analistas a concessão do sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Sergipe, modelada com apoio do BNDES, para atendimento à microrregião MAES (composta por 74 municípios), cujo investimento estimado é de R\$ 6,3 bilhões; e a PPP do Hospital da Mulher e Maternidade Dona Regina, localizado em Palmas-TO, projeto do Governo do Estado do Tocantins, modelado pela Fundação Ezute, cujo contrato possui valor estimado de R\$ 2,65 bilhões.



Fonte: Governo do Estado de São Paulo. Projeto Novas Escolas. Disponível em <https://www.parceriaseminvestimentos.sp.gov.br/entenda-como- ficam-ensino-e-zeladoria-das-escolas-em-sp-com-a-ppp-para-novas-unidades/>.



Fonte: Agência BNDES de Notícias. Reprodução DESO. Disponível em <https://agenciadenoticias.bndes.gov.br/detalhe/noticia/Apoiado-pelo-BNDES-governo-de-Sergipe-lanca-edital-para-concessao-parcial-dos-servicos-de-saneamento/>.

Powered By

Azevedo Sette
ADVOGADOS

Desenvolvido por

RADAR PPP

Foram determinantes ainda para a alta do iRadarPPP no período as seguintes atualizações:

- ▶ Qualificação pelo Programa de Parcerias de Investimentos do Estado de São Paulo - PPI – SP de 4 novos projetos de mobilidade, sendo eles: Trem Intercidades Eixo Leste - São José dos Campos; PPP Trem Intercidades Eixo Sul – Santos; PPP Veículo Leve sobre Trilhos Campinas; e PPP Veículo Leve sobre Trilhos Sorocaba;
- ▶ Formalização do acordo entre Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o BNDES para estruturação de novos projetos de concessões nacionais para reflorestamento na Amazônia;



Fonte: Foto: divulgação/BID. Serviço Florestal Brasileiro. Disponível em: <https://www.gov.br/florestal/pt-br/assuntos/noticias/2024/junho/sf-b-bid-e-bndes-firmam-act-para-projetos-na-amazonia>.

- ▶ Publicação da consulta pública para o projeto do Governo do Estado de São Paulo para a concessão das linhas 11 Coral, 12 Safira e 13 Jade, da CPTM, cujo investimento estimado é de R\$ 12,5 bilhões;
- ▶ Confirmação da assinatura do contrato do Trem Intercidades Eixo Norte, além da concessão de um dos mais belos patrimônios naturais do Brasil, o Parque Nacional de Jericoacoara; e a PPP do Complexo Prisional de Erechim (foto), que passa a ser a segunda parceria público-privada de presídio em vigor no país.



Fonte: (1) Patrícia Alves/B3. A Soluções Serviços Terceirizados foi selecionada para dar apoio operacional e construir o complexo prisional. Disponível em: <https://estado.rs.gov.br/definida-empresa-que-sera-responsavel-por-ppp-de-presidio-em-erechim>. (2) BNDES e Estado do Rio Grande do Sul. PPI. Apresentação do Projeto em Consulta Pública. Disponível em <https://ppi.gov.br/wp-content/uploads/2024/01/Erechim-Resumo-copia.pdf>.

- ▶ Assinatura da concessão da SABESP para atendimento à URAE-1 (Unidade Regional de Serviços de Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário Sudeste). Com a aprovação do Conselho Deliberativo da Unidade Regional de Serviços de Abastecimento de Água Potável e Esgotamento Sanitário Sudeste (Urae-1) ao novo Contrato de Concessão e a publicação de fato relevante da SABESP informando a assinatura do contrato, a iniciativa migrou de situação "Consulta Pública Encerrada" para "Contrato Iniciado", agregando alto valor ao estoque de investimento estimado do iRadarPPP.

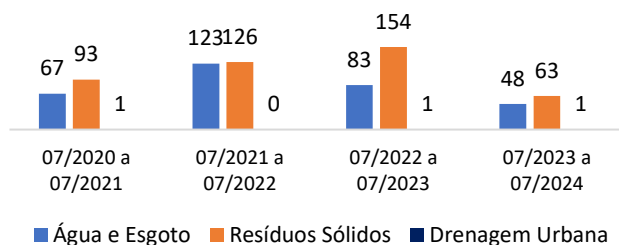
4 anos do novo marco legal do Saneamento

Em julho de 2024, completamos 4 anos da publicação da Lei n.º 14.026/20, conhecida como o novo marco legal do saneamento. A lei é um marco de renovação pela busca da universalização do acesso aos serviços de água e esgoto no Brasil. Com o objetivo de modernizar e expandir a infraestrutura de saneamento, a norma trouxe mudanças na regulamentação do setor, incentivando a participação da iniciativa privada e estabelecendo metas ambiciosas para os próximos anos. Este novo marco legal é visto como uma resposta aos desafios históricos enfrentados pelo país, onde milhões de brasileiros ainda vivem sem acesso a serviços básicos de saneamento, impactando diretamente a saúde pública e a qualidade de vida.

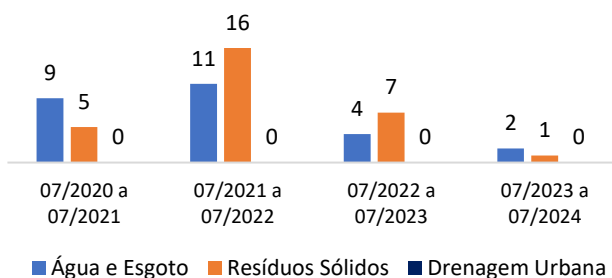
A análise desses quatro anos desde a publicação da Lei n.º 14.026/20 é crucial para entender os avanços, desafios e perspectivas futuras para o saneamento básico no Brasil. Observar como as PPPs e concessões no setor estão se desenvolvendo é chave para entender como iremos alcançar as metas estabelecidas pela lei, já que estas modalidades são as mais aplicáveis para enfrentar o desafio de viabilizar o alto volume de investimento necessário, claro, respeitadas as regras aplicáveis aos contratos de programa anteriormente firmados e à prestação de serviços pelas companhias estaduais que foram capazes de comprovar suas capacidades econômicas para realizar investimentos que levem à universalização dos serviços (uma vez que a lei passou a exigir a promoção da concorrência para a contratação de serviços públicos ligadas ao saneamento).

Do dia 15 de julho de 2020 para cá (até a data de 05 de julho de 2024), **321 novas iniciativas em PPP e concessão surgiram** para incremento em infraestrutura e prestação de serviços que se relacionam ao abastecimento de água e tratamento do esgotamento sanitário. Juntam-se a estas outras 436 novas iniciativas que tratam da gestão de resíduos sólidos e 3 para serviços relacionados à drenagem urbana.

Surgimento de novas iniciativas de Saneamento



Contratos iniciados em Saneamento



* Até a data de 04 de julho de 2024

De todas estas iniciativas, apenas 7,2% (55) se converteram em contratos (26 para Água e Esgoto, 29 para Resíduos Sólidos) – outros 7,7% (59) estão em alguma fase entre a consulta pública e a licitação. Se considerarmos que o tempo médio de desenvolvimento de projetos no setor é de 25 meses¹ (tomando por base as experiências que lograram êxito), é razoável supor que a maior parte das iniciativas que nasceram de julho de 2020 para cá, já foram abandonadas ou fracassaram (cerca de 48,5% deste pipeline já possui mais de 2 anos desde a primeira data que tornou a iniciativa conhecida).

¹ Radar de Projetos. Saiba mais em <https://radarppp.com/informacao/>. Acesso em 05 de julho de 2024. Considerando tempo médio de estudos liderados pelo setor público até a assinatura. Tempo médio de desenvolvimento dos contratos de Água e Esgoto: 24,9 meses; Tempo médio de desenvolvimento dos contratos de Resíduos Sólidos: 25,5 meses.

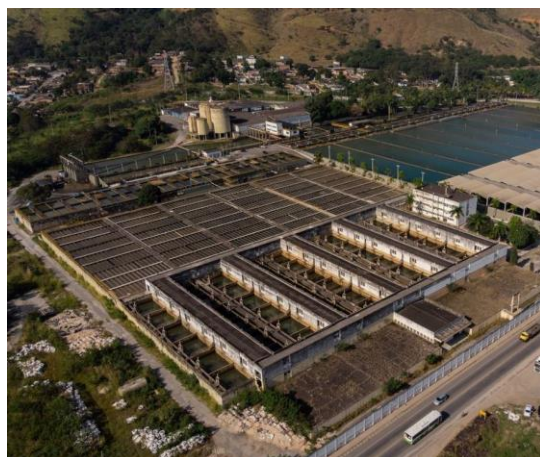
Ainda que a experiência brasileira demonstre que o tempo necessário para incrementar investimentos e qualidade no setor seja maior do que gostaríamos ou necessitamos, há bons indicadores que nos fazem manter a esperança no desenvolvimento e crescimento das iniciativas de PPP e concessão no setor e no alcance da universalização dos serviços.

- ▶ O surgimento de novas iniciativas e a publicação de licitações no setor aumentam significativamente a cada ano. Mesmo em 2024, ano de encerramento do ciclo de governos municipais (e que, portanto, tradicionalmente é marcado por um menor surgimento de novas iniciativas), projetamos um quantitativo de novas iniciativas superior àquele observado em 2023.
- ▶ As iniciativas que começaram em julho de 2024 para cá estão espalhadas em todas as regiões do país, o que não se observa para alguns outros segmentos de infraestrutura que monitoramos e demonstra um avanço do tema por todo o território nacional – maior concentração na região Sudeste, com cerca de 40%, e 23% no Nordeste; na região Norte são quase 9% das iniciativas.
- ▶ Há um considerável aumento de iniciativas em consórcios de municípios, em linha com as diretrizes de regionalização do novo marco legal. Nestes 4 anos, outras 146 iniciativas em consórcio foram criadas (majoritariamente no segmento Resíduos Sólidos – 90%). Ainda que haja grande foco na universalização dos serviços de água e esgoto, a gestão compartilhada para os serviços de manejo de resíduos sólidos, além de ser solução importante para problemas ambientais e sociais sérios nos municípios brasileiros, amplia as capacidades gerenciais públicas para implementação futura de arranjos compartilhados para serviços de água e esgoto.
- ▶ Das 113 licitações publicadas nestes 4 anos para as iniciativas municipais em análise, 48% já se converteram contratos, outros 17% estão com licitação em curso, sendo que a média de investimentos em projetos do setor é uma das maiores dentre os segmentos que monitoramos. O percentual de conversão das licitações em contratos está na média dos demais segmentos de infraestrutura.
- ▶ Para além dos grandes players conhecidos nos segmentos Água e Esgoto e Resíduos Sólidos, mais de 150 outras empresas estiveram envolvidas nas licitações do setor nos últimos 4 anos, além de outros 100 consórcios de empresas formados para participação conjunta como licitantes. Para as 113 licitações de projetos iniciados de 15/07/2020 para cá, são 192 participações de empresas (média de 1,69 empresa por licitação). Estes e outros dados que monitoramos evidenciam uma capacidade do setor de atrair a atenção de empresas de diferentes portes e perfis.
- ▶ Há envolvimento crescente das estruturadoras nacionais – BNDES e Caixa – e órgãos multilaterais, como BID e IFC (International Finance Corporation), nas iniciativas do setor, sendo identificados 24 projetos ativos com apoio destas entidades, o que é um reforço relevante para que governos consigam estruturar suas concessões.



Outros elementos estruturadores também podem favorecer o sucesso de iniciativas do setor, como a possibilidade das (futuras) concessionárias emitirem debêntures incentivadas (Lei n.º 14.801, de 2024) e até de utilizá-las para o pagamento de outorgas (conforme regulamentação do Decreto n.º 11.964/2024); o apoio da União aos subnacionais, seja na estruturação de projetos, formação de capacidades e treinamentos a gestores públicos, ou até no fornecimento de garantias em contratos de PPP; os investimentos no desenvolvimento da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e sua capacidade regulatória, assim como de outras agências reguladoras subnacionais; entre outros.

Há exemplos que servem como referência para inspirar a continuidade no desenvolvimento de projetos. É o caso da concessão dos 4 blocos no Estado do Rio de Janeiro. Projeto estruturado com apoio do BNDES e que recebeu apoio do Governo Federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento Regional e do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), do Ministério da Economia. No projeto, são estimados investimentos totais que ultrapassam o montante de R\$ 26 bilhões. Os blocos foram arrematados pela Aegea (Bloco 1 e 4), Iguá (Bloco 2) e Águas do Brasil (Bloco 3), em leilões que ocorreram em abril de 2021 e dezembro de 2021. Ao todo, 49 municípios passam a ser atendidos no âmbito destes contratos, envolvendo mais de 13,5 milhões de pessoas.



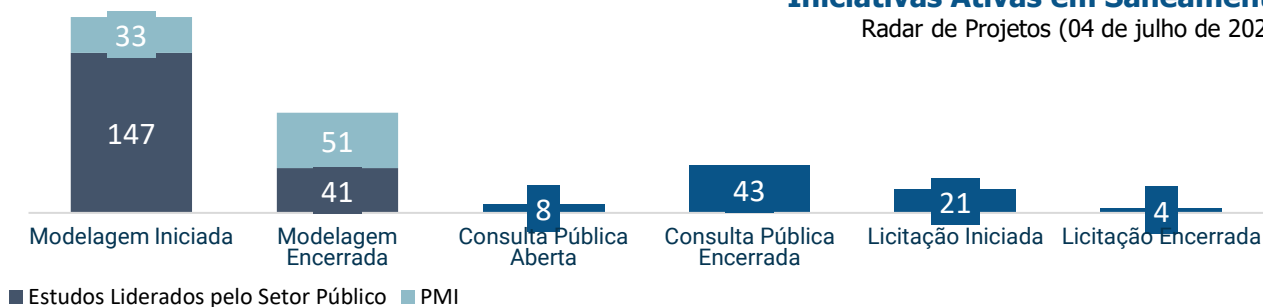
Fonte: Estação de tratamento de água do Rio Guandu Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo. Disponível em <https://oglobo.globo.com/rio/com-concessoes-rio-pode-ganhar-37-bilhoes-em-beneficios-socioeconomicos-com-universalizacao-do-saneamento-diz-estudo-25473196>.

Projetos de menor porte também pode ser identificados e estudados, como o caso de Olímpia-SP (56 mil hab.), cujo projeto foi estruturado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), leiloado em maio de 2023 e contratualizado em dezembro do mesmo ano com a Sabesp, vencedora da licitação. O projeto possui estimativa de investimentos de R\$ 81,1 milhões, englobando a revitalização das Estações de Tratamento de Esgoto (ETEs) da cidade e distritos. No âmbito do contrato, a SPE ficará responsável pelos próximos 30 anos pela captação, adução, tratamento e distribuição de água, além de coleta, transporte, tratamento e disposição final do esgoto.

Ainda há muito o que fazer, mas as boas referências estão presentes. Espera-se que, nos próximos meses, as 149 iniciativas do segmento Água e Esgoto e as 199 iniciativas em Resíduos Sólidos, que encontram-se ativas entre as situações de modelagem iniciada e licitação, avancem ao encontro de leilões competitivos, bem sucedidos e consequentes fechamentos contratuais, rumo à transformação da realidade da infraestrutura de saneamento no Brasil.

Iniciativas Ativas em Saneamento

Radar de Projetos (04 de julho de 2024)





Aumento dos Custos de Transação em Concessões Rodoviárias

No final do mês de junho, o Ministério dos Transportes publicou a Portaria n. 622, a qual estabelece diretrizes para alocação de recursos em contratos de concessão rodoviária visando ao desenvolvimento de infraestrutura resiliente, à mitigação das emissões de gases de efeito estufa (GEE) e à transição energética. A temática ASG está na moda e o uso de termos de efeito tem tudo para gerar engajamento verde e ser moderno.

De concreto, a portaria possui três vertentes:

- 1) versa sobre alternativas sustentáveis de coleta e descarte de recursos, mitigação das emissões de gases de efeito estufa, eficiência energética, uso de fontes de energia renováveis, conservação da fauna e da flora e mitigação de danos ao ecossistema. No entanto, muitos destes temas já são devidamente analisados no licenciamento ambiental, e os demais (mitigação das emissões e eficiência energética) são de baixo impacto nas concessões rodoviárias. As emissões da concessionária são mínimas. E ela não é uma usuária intensiva de energia. Em outras palavras, a efetiva possibilidade de melhorias é algo incremental e o impacto da nova norma é mínimo.
- 2) a temática dos eventos extremos, na qual há dois vieses: (i) previsão de incentivos para o desenvolvimento de novas tecnologias para a adaptação das infraestruturas a esses eventos; e (ii) este, sim, importante, previsão de um plano de resposta a emergências, com ações de acompanhamento, registro e enfrentamento desses eventos e de antecipação e prevenção de possíveis danos. Apesar da relevância do assunto, ele é de longa maturação. Vemos com bons olhos a iniciativa, mesmo sabendo que,

por hora, ela tem pouca eficácia prática.

- 3) um aumento de custos de transação, mediante a “previsão de alocação de, no mínimo, 1% (um por cento) da receita bruta da concessão para o desenvolvimento de infraestrutura resiliente, com o objetivo de reduzir os impactos na infraestrutura rodoviária decorrentes das mudanças do clima.”.

A portaria, da forma como foi estruturada, pode induzir os atores de mercado a acreditarem que o custo adicional imediato e concreto evitaria impactos negativos ao meio ambiente e/ou à infraestrutura de forma permanente. No entanto, essa percepção de ter solucionado o problema dos eventos extremos é ilusória. As melhorias são de baixo impacto e/ou de longo prazo, ao passo que a oneração é imediata.

De fato, é necessário iniciar algum planejamento para novos investimentos e para adaptar investimentos já realizados ao cenário de eventos extremos mais frequentes e intensos. Contudo, antecipar o ônus é sempre prejudicial e torna os projetos menos atraentes economicamente.



Autor

*Frederico Bopp Dieterich,
sócio da área de Infraestrutura
do Azevedo Sette Advogados*



4º escritório mais lembrado pelas maiores empresas (em faturamento) e bancos (em ativos) da América Latina. Pesquisas Who Represents Biggest Latin America's Companies e Who Represents Biggest Latin America's Banks (LACCA, 2022)



www.azevedosette.com.br

A **Radar PPP** ajuda sua empresa a desenvolver as capacidades e habilidades para interpretar o mercado nacional de infraestrutura, além de lhe oferecer informações que fazem a diferença. Acreditamos que o mercado brasileiro de investimento privado em infraestrutura pode gerar benefícios para empresas, órgãos do governo e sociedade. A chave é o acesso à informação qualificada. É a informação adequada e no momento certo que permitirá aos agentes tomar melhores decisões, gerando ganhos para todos os envolvidos.



o que fazemos



CONSULTORIA | A Radar PPP tem expertise para **atuar de forma estratégica em todas as etapas do ciclo de vida das PPPs**, com produtos e serviços que podem ser contratados de forma integrada ou caso a caso, de acordo com a necessidade dos clientes.

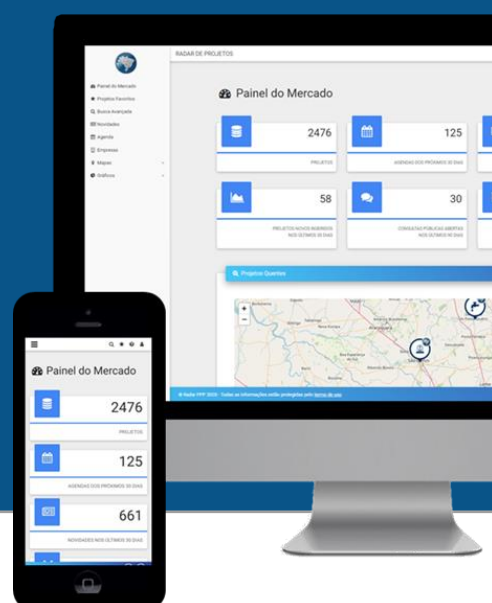


INFORMAÇÃO | A Radar PPP desenvolveu o mais qualificado sistema de informação sobre concessões e PPPs do Brasil (**Radar de Projetos**), com monitoramento diário de **mais de 5.300 projetos mapeados**.



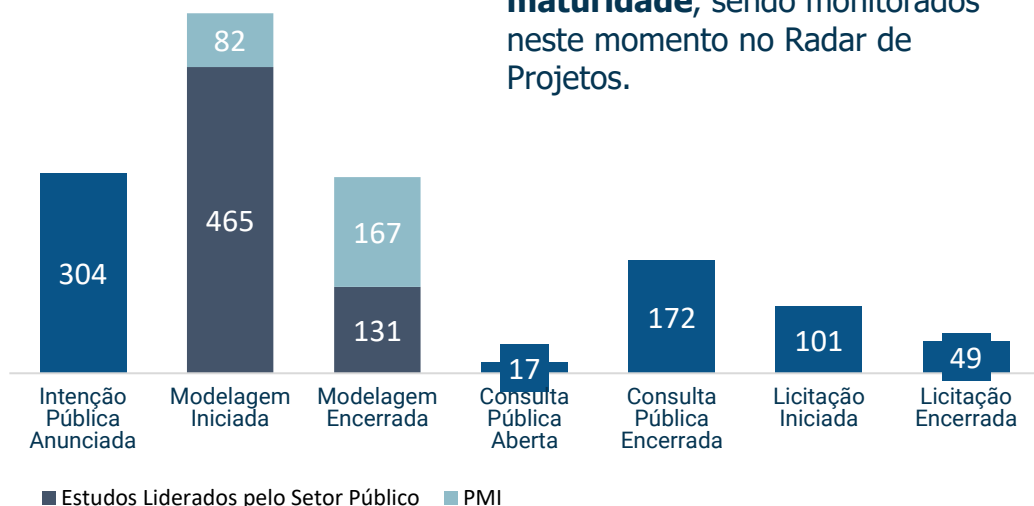
TREINAMENTOS | A Radar PPP presta serviços em parceria com centros de estudos nacionais e internacionais, além de treinamentos específicos para preparação da **certificação CP3P**, ou customizados de acordo com a necessidade dos clientes.

O foco estratégico na melhoria da eficiência do mercado brasileiro de PPPs e concessões inspirou a Radar PPP a **conceituar, desenvolver e atualizar o único banco de dados existente da experiência brasileira com o tema.**





- O Radar de Projetos, banco de dados da Radar PPP, possui atualmente **informações sobre mais de 5.300 projetos**, distribuídos em 19 segmentos, tendo mapeado, analisado e sistematizado todos os dados disponíveis, o que permite análises globais sobre tendências neste modelo de contratação e análise comparativa da experiência nacional.
- Existem **1.184 projetos ativos, nos diversos estágios de maturidade**, sendo monitorados neste momento no Radar de Projetos.



Dados extraídos do Radar de Projetos, disponível em radarppp.com, 05 de julho de 2024. A Radar PPP atualiza seus dados diariamente.

Projetos em Destaque

Novas Escolas Leste Leste

Educação

Licitação Iniciada



São Paulo | São Paulo

Reflorestamento de Áreas Degradadas na Amazônia

Meio Ambiente

Modelagem – Estudos Liderados pelo Setor Público Iniciados



União

Unidades Prisionais

Sistema Prisional

Modelagem – Estudos Liderados pelo Setor Público Iniciados



União

Hospital Regional de Guajará-Mirim

Saúde

Intenção Pública Anunciada



Rondônia

Powered By

Azevedo Sette
ADVOGADOS

Desenvolvido por

RADAR PPP

O presente documento é um oferecimento de

Azevedo Sette
ADVOGADOS

Azevedo Sette Advogados

Somos um escritório full service na área do Direito Empresarial, com mais de 50 anos. Contamos com mais de 500 colaboradores em cinco unidades. Em 2022, ocupamos o 4º lugar no ranking “Who represents Latin America's biggest companies 2022”, da Latin American Corporate Counsel Association – LACCA. Somos reconhecidos no setor de Infraestrutura pelos melhores guias especializados (Chambers Global, Chambers Latin America, Chambers Brazil, LACCA Approved, Who’s Who, The Legal 500, Latin Lawyer 250 e Leaders League), e por clientes públicos e privados, nacionais e internacionais. Somos o Azevedo Sette Advogados.

Radar PPP

A Radar PPP foi fundada em 2014 com o propósito de preencher a necessidade identificada pelos seus fundadores de organizar a informação pública disponível sobre o mercado nacional de PPPs e concessões. E segue fazendo isso até hoje, juntamente com as atividades de produção de conhecimento, o desenvolvimento e implementação de cursos e a prestação de serviços especializados de consultoria para governos, empresas, organizações do terceiro setor e instituições multilaterais. Diariamente, renovamos a nossa crença de que o futuro da infraestrutura e o aprimoramento da qualidade no gasto público no país passam pelas PPPs e Concessões. E a Radar PPP tem orgulho de existir para fazer parte disso.



Agradecemos a todos os nossos clientes por contribuírem para que possamos manter nosso serviço de inteligência de mercado cada dia com mais robustez e qualidade.

O iRadarPPP é um oferecimento da Radar PPP, de parceiros e patrocinadores para servir como indicador para os milhares de profissionais, da iniciativa privada e do setor público, que atuam diariamente com projetos governamentais de longo prazo que contam com investimento privado, na modalidade de PPP e concessão. Trata-se de uma pequena amostra do potencial do banco de dados do Radar de Projetos.

É um dever coletivo que possamos, sempre, melhorar a qualidade da prática nacional com concessões e PPPs, contribuindo para que tenhamos iniciativas que valorizem ao máximo a qualidade no emprego de recursos públicos.

Críticas e comentários serão muito bem recebidos. Não hesite em entrar em contato conosco (info@radarppp.com). A Radar PPP sempre está aberta para interagir com quem respeita e precisa de dados e análises para tomar decisões de qualidade.

Para esclarecimentos sobre a metodologia do iRadarPPP, consulte <https://radarppp.com/informacao/iradarppp/>.